

## INDICAÇÃO DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES POR FARMACÊUTICOS EM DROGARIAS NA CIDADE DE SETE LAGOAS

Matheus Philip Fernandes Silva<sup>1</sup>

Juliana Neves de Paula e Souza<sup>2</sup>

**Resumo:** As Práticas Integrativas e Complementares (PIC) são recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como forma de tratamento, garantindo que são importante forma de cuidado. Portanto, entender como os farmacêuticos concebem as PIC é relevante, dado o fato de que compete ao farmacêutico aconselhar, orientar e, se necessário, intervir na terapêutica de forma colaborativa apresentando as formas de tratamento mais adequadas disponíveis ao paciente. Assim, o objetivo deste trabalho consiste em verificar a prevalência de indicação de práticas integrativas e complementares por farmacêuticos em drogarias na cidade de Sete Lagoas. A metodologia consistiu em uma pesquisa de cunho descritivo de caráter quanti-qualitativo. A coleta de dados foi realizada através de questionários impressos preenchidos por 32 farmacêuticos em 20 drogarias. Os resultados mostraram que 41% dos farmacêuticos não indicam as PIC por não conhecerem nenhuma das práticas muito bem, e 87% não conhecem a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). Neste estudo 100% dos farmacêuticos afirmaram que o tema é pouco discutido entre os profissionais da saúde e 72% afirmaram não terem tido informação suficiente sobre o tema durante sua formação acadêmica.

**Palavras-chave:** Práticas Integrativas e Complementares; Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares; Atenção Farmacêutica.

**Abstract:** The integrative and complementary practices (ICP) are recommended by the World Health Organization (WHO) as form of treatment, ensuring that they are important form of care. Therefore, understanding how pharmacists conceive ICP is relevant, given the fact that it is up to the pharmacist to advise, to guide and, if necessary, to intervene in therapy in a collaborative manner, presenting the most appropriate forms of treatment available to the patient. Thus, the objective of this work is to evaluate the prevalence of indication of integrative and complementary practices by pharmacists in drugstores in the city of Sete Lagoas. This is a quantitative and qualitative descriptive study. Data were collected through printed questionnaires filled out by 32 pharmacists in 20 drugstores. The results showed that 41% of the pharmacists do not indicate the ICP because they don't know any of the practices very well, and 87% do not know the National Policy of Integrative and Complementary Practices (NPICP). In this study 100% of the pharmacists stated that the topic is little discussed among health professionals and 72% said that they did not have enough information on the topic during their academic training.

**Keywords:** Integrative and Complementary Practices; National Policy of Integrative and Complementary Practices; Pharmaceutical Care.

<sup>1</sup> Graduando em Farmácia, 9º Período, Faculdade Ciências da Vida, email: [mateusphilip@hotmail.com](mailto:mateusphilip@hotmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Toxicologia pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo, email: [junepa@gmail.com](mailto:junepa@gmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

Existem atualmente, diversos estudos com temas que tratam das boas práticas farmacêuticas e da inserção dos cuidados farmacêuticos e a farmácia clínica no mundo médico, e chamam a atenção para a relevância da contribuição do profissional farmacêutico para a prevenção, preservação, promoção e recuperação da saúde pública, enfatizando a importância da interação entre farmacêutico e paciente, principalmente devido ao fato de que normalmente não é necessário agendamento para consultar este profissional, que pode ser considerado aquele a quem o público tem acesso mais facilmente (MUKATTASH *et al.*, 2018).

As Práticas Integrativas e Complementares (PIC) que compõem a Medicina Tradicional e Alternativa apresentam como foco de sua atenção o cuidado ao paciente de maneira integral, ou seja, envolvem todo o complexo mente, corpo e alma do indivíduo (FISCHBORN *et al.*, 2016; SOUZA *et al.*, 2017). Esse tipo de abordagem, aliada aos tratamentos alopáticos traz uma nova perspectiva de cuidado e amplia o campo de visão para o processo saúde-doença, integrando o indivíduo com o meio em que vive, através da aplicação de recursos naturais para prevenção, promoção e recuperação da saúde, além de dar ênfase ao vínculo paciente-terapeuta (SOUZA *et al.*, 2017). A Medicina Tradicional e Complementar, reconhecida no Brasil como Práticas Integrativas e Complementares, é recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como forma de tratamento a ser ofertado nos sistemas de saúde de seus Estados-Membros, garantindo que são importante forma de cuidado, visto que enorme parcela da população mundial precisa das PIC na atenção primária (AMADO *et al.*, 2017). Dada a breve apresentação da relevância das PIC em saúde, e da atuação do farmacêutico no cuidado da saúde da população, levanta-se a seguinte questão: “Qual a prevalência da indicação de Práticas Integrativas e Complementares por farmacêuticos em drogarias na cidade de Sete Lagoas?”

Apesar dos avanços e expansão das PIC, o conhecimento sobre elas ainda é pouco divulgado devido à falta de veículos especializados, além disso, muitos profissionais não tiveram informações suficientes sobre as PIC, tão pouco sobre a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) durante sua formação acadêmica. Portanto, sendo um dos profissionais da saúde que podem prescrever PIC aos pacientes, entender como os farmacêuticos concebem as PIC é

relevante, dado o fato de que compete ao farmacêutico aconselhar, orientar e, se necessário, intervir na terapêutica de forma colaborativa apresentando as formas de tratamento mais adequadas disponíveis ao paciente. Dessa forma, preenche-se a lacuna teórica a respeito da postura dos farmacêuticos atuantes em drogarias em relação às PIC (CARVALHO; NÓBREGA, 2017; SANTOS *et al.*, 2018). Além disso, muitas PIC são menos invasivas e mais baratas que outros tratamentos, o que as tornam mais acessíveis à população, e importantes para o Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que reduzem gastos ao passo que integram a eficácia terapêutica (FISCHBORN *et al.*, 2016; CARVALHO; NÓBREGA, 2017; ELAYEH *et al.*, 2017; SANTOS *et al.*, 2018; GUIMARÃES *et al.*, 2020).

Diante de tais questões, o objetivo geral deste trabalho consiste em verificar a prevalência de indicação das PIC por farmacêuticos em drogarias na cidade de Sete Lagoas. Os objetivos específicos consistem em verificar o conhecimento dos farmacêuticos a respeito das práticas integrativas e complementares (PIC) e da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC); e conhecer os motivos pelos quais os farmacêuticos indicam ou não as PIC.

A metodologia consistiu de uma pesquisa de cunho descritivo com caráter quanti-qualitativo. A coleta de dados foi conduzida em 20 drogarias privadas selecionadas aleatoriamente localizadas no centro da cidade de Sete Lagoas, em que 32 farmacêuticos, após assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), preencheram de forma anônima, um questionário impresso com questões fechadas e abertas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Ao longo da caminhada do ser humano, o conhecimento popular quanto ao processo saúde-doença deixou de ser considerado, uma vez que os avanços e a renovação dos conhecimentos legitimaram e oficializaram o saber científico, suprimindo aqueles alicerçados na cultura popular. Dessa forma, o profissional de saúde, mais especificamente o médico, passou a ser o responsável por determinar o que poderia ser considerado patológico ou não, levando à perda de autonomia do indivíduo no processo saúde-doença, resultado da medicalização da sociedade

induzida pela superioridade médica centrada na doença (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016).

## 2.1 INTRODUÇÃO DAS PIC NA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA

Movimentos sociais de contracultura marcaram os anos de 1960 ao final de 1970, e, na esfera da saúde, a luta pela universalização e melhora das condições de atenção à saúde básica, principalmente pelas classes socioeconomicamente mais prejudicadas, era intensa, e clamava pela introdução das práticas integrativas nos sistemas de saúde (CASTRO; FIGUEIREDO, 2019; MENDES *et al.*, 2019). Diante de tantas demandas sociais, a partir da década de 1970, as práticas tradicionais finalmente chamaram a atenção da OMS e da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), que em 1978, na Primeira Conferência Internacional de Assistência Primária em Saúde discutiram sobre a utilização das práticas tradicionais, que levou à produção da chamada Declaração de Alma-Ata, importante documento que definiu a saúde como um direito fundamental humano e deu ênfase à importância do olhar holístico na assistência à saúde valorizando os saberes populares e as crenças de cada indivíduo (CASTRO; FIGUEIREDO, 2019; MENDES *et al.*, 2019). A partir deste momento, diversos países aderiram à implantação das PIC e a OMS tem incentivado seus Estados-Membros a formularem políticas que apoiem e defendam o conhecimento popular e as práticas tradicionais. No Brasil, a Oitava Conferência Nacional de Saúde em 1986 impulsionou o movimento, permitindo sua expansão (JÚNIOR, 2016, p.100-101). Em 2003, reforçando um dos princípios doutrinários do SUS – a integralidade na atenção à saúde – iniciou-se a construção da PNPI no SUS, aprovada em 2006 pela OMS, quando então, o Ministério da Saúde (MS) publicou a Portaria GM nº 971, da Política de Práticas Integrativas e Complementares no SUS com o objetivo de encorajar a busca de novas alternativas para lidar com os problemas de saúde tanto na esfera pública, quanto no âmbito privado e em outras organizações da sociedade civil (FISCHBORN *et al.*, 2016; NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016).

Inicialmente, a PNPI contemplou apenas cinco práticas. Para atender a demanda de alguns municípios, o Ministério da Saúde incluiu as práticas já regulamentadas, novos procedimentos por meio da Portaria nº 849, de 23 de março

de 2017. E mais uma vez, a partir da publicação da portaria nº 702, de 21 de março de 2018, incluiu-se mais dez práticas, ampliando assim a oferta e autorizando um total de 29 práticas, sendo elas: Apiterapia, Aromaterapia, Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Bioenergética, Constelação familiar, Cromoterapia, Dança circular, Geoterapia, Hipnoterapia, Homeopatia, Imposição de mãos, Medicina antroposófica, Medicina Tradicional Chinesa, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Ozonioterapia, Plantas Medicinais (Fitoterapia), Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa, Terapia de Florais, Termalismo social (Crenoterapia), Yoga (DACAL; SILVA, 2018; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

## 2.2 BENEFÍCIO DAS PIC PARA A SAÚDE

Os sistemas médicos mais antigos, provenientes de tradições chinesas, indianas e tibetanas visavam tratar o ser humano em todos os níveis: mental, emocional, físico e espiritual. Essas tradições concebem a saúde como uma questão de harmonia e equilíbrio do ser humano com o meio em que vive (DACAL; SILVA, 2018). As PIC, fundamentadas nesses sistemas, destacam-se principalmente por estimular o indivíduo a ser um participante ativo no processo de enfrentamento de sua doença, ao mesmo tempo que promove e induz ações que visam mudanças que levem a melhores hábitos de vida (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016).

Dacal e Silva (2018, p.729-730) em um estudo observacional realizado no ambulatório de práticas integrativas e complementares de um centro especializado em endocrinopatias do SUS, demonstraram que pelo menos metade dos pacientes relataram melhora do estado de estresse e dores no corpo após acompanhamento com as PIC. Houve ainda, relato da melhora de diversos outros sintomas como cansaço, ansiedade, inchaço nas pernas e nos pés, insônia, depressão, ganho de peso, pressão arterial, glicemia alta, constipação, cólicas e sintomas de menopausa. Numa escala de 0 a 100%, os pacientes avaliaram a intensidade de redução dos sintomas numa média de 64% em relação à queixa inicial. Outros autores também destacaram o potencial terapêutico das PIC, no qual foi incluído o bem-estar e o relaxamento, além da redução dos transtornos mentais comuns como irritabilidade, sentimentos negativos e ansiedade (SOUZA *et al.*, 2017; MENDES *et al.*, 2019).

O uso adequado das PIC também pode auxiliar no processo de desmedicalização social, um fator importante a ser mencionado, visto que a morbimortalidade associada à medicalização constitui importante problema de saúde pública no mundo.

Outro aspecto a ser mencionado é que as práticas tradicionais tendem a induzir o trabalho interprofissional, onde o usuário é o maior beneficiado, a partir do afastamento do olhar centrado no profissional ou no procedimento, e voltando o foco para as necessidades reais do paciente (BARROS *et al.*, 2018).

### 2.3 O FARMACÊUTICO E AS PIC

Tesser e Dallegrave (2020, p. 4) destacam a visão de Illich de que a medicalização reduz relativamente a autonomia do indivíduo frente as situações de adoecimento, sofrimento, dor e morte. Além disso, agrega certa dependência das ações médicas, impactando o grau de liberdade vivida e a competência para lidar com as oscilações da vida. Sob essa perspectiva, a medicalização acarreta certo prejuízo para a saúde (TESSER; DALLEGRAVE, 2020). Todavia, a compulsão dos pacientes em administrar medicamentos, a veiculação midiática propagandista dos fármacos e a diversidade de produtos farmacêuticos são fatores que contribuem fortemente para o uso irracional de medicamentos. Dentre os problemas associados estão os que se referem à indicação, efetividade, segurança e adesão. De todos os medicamentos prescritos, dispensados ou vendidos, mais da metade é feito de forma inapropriada, além disso, pelo menos metade de todos os pacientes utilizam os medicamentos incorretamente (ARAÚJO *et al.*, 2017; MELO; PAUFERRO, 2020).

Segundo Xie *et al.* (2020, p. 402), “a intervenção farmacêutica é considerada a estratégia chave para a redução dos erros de medicação e reações adversas a medicamentos”. Considerado o profissional mais acessível ao público, o farmacêutico possui um papel fundamental na prevenção, promoção e recuperação da saúde (MUKATTASH *et al.*, 2018). Desta forma, o farmacêutico se encontra numa posição estratégica entre o paciente e o medicamento, podendo contribuir para prevenção de possíveis problemas relacionados ao uso incorreto ou irracional de medicamentos exercendo a atenção farmacêutica (MELO; PAUFERRO, 2020).

A RDC 338/04 define a atenção farmacêutica como uma prática que compreende atitudes, valores éticos, comportamentos, habilidades e compromissos na prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde. De acordo com a OMS / OPAS, a educação em saúde é um componente do conceito de Atenção Farmacêutica (MELO; PAUFERRO, 2020). Assim, devido às habilidades e conhecimentos que permitem ao farmacêutico colaborar com ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, a OMS o reconhece como educador, e destaca que “os benefícios da Atenção Farmacêutica devem ser direcionados ao paciente e à comunidade, por meio de ações de promoção de saúde e prevenção de doenças” (MELO; PAUFERRO, 2020, p. 32169). Portanto, o farmacêutico deve buscar resultados sólidos, dando ênfase para o autocuidado dos usuários através de orientações, observações e se necessário, intervenções (MELO; PAUFERRO, 2020).

Amado *et al.* (2017, p. 304) salienta que o modelo curativista está compenetrado na população que apresenta traços marcantes provenientes de uma cultura da medicina prescritiva, que têm como conceito de cuidar da saúde, consultar com o médico e realizar exames periodicamente. Para que haja mudança nesse panorama, é necessário interagir com o paciente, pois só assim as informações e recomendações poderão adquirir novo significado (AMADO *et al.*, 2017).

As Práticas Integrativas e Complementares, ao focar no cuidado por meios naturais e de baixo risco, atuando com atenção humanizada, podem ser definidas como conjunto de técnicas e saberes do cuidado e autocuidado (RANDOW *et al.*, 2016). Na prática, no paradigma da medicina integrativa, o farmacêutico pode fornecer diversos serviços, como identificação e resolução de interações medicamentosas e/ou reações adversas a medicamentos, ineficácia e/ou inefetividade terapêutica, aconselhamento e educação em saúde dos pacientes visando a melhor eficácia terapêutica destes, podendo incluir medicações e/ou práticas integrativas e complementares (MERKS *et al.*, 2016; SHAWAHNA, 2020). A abordagem terapêutica por meio das PIC mostra um modelo alternativo de cuidado, que pode ser na realidade, até mesmo preferível em muitos casos ao modelo biomédico atual (ROSETTO *et al.*, 2020). Júnior (2016, p. 110) afirma que milhares



de pessoas buscam as PIC apenas por vontade de se oporem à prática muitas vezes realizada de forma desumana que prevalece atualmente.

Infelizmente, ainda existe uma tendência, devido à má comunicação entre os praticantes de distintos sistemas médicos, em negligenciar o conhecimento alheio e supervalorizar o seu próprio. No entanto, isoladamente, os sistemas médicos conhecidos e praticados até os dias atuais não são capazes de tratar todos os problemas de saúde das populações, portanto, devemos considerar que cada sistema apresenta vantagens e inconveniências que devem ser exploradas adequadamente com a única finalidade de favorecer a saúde, colaborando para a melhora da qualidade de vida do indivíduo (DACAL; SILVA, 2018).

### **3. METODOLOGIA**

Este estudo trata-se de uma pesquisa de cunho descritivo, de caráter quanti-qualitativo. Para aprofundamento do tema, realizou-se levantamento bibliográfico por meio das bases de dados Google Acadêmico, Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (BVSMS) e Scielo, utilizando os termos “atenção farmacêutica; política nacional de práticas integrativas e complementares; práticas integrativas e complementares”. Devido à limitação e dificuldade de encontrar material específico que aborde o conhecimento e indicação das PIC por farmacêuticos, utilizou-se artigos que abordam os temas separadamente, correlacionando-os posteriormente. Como critério de seleção, buscou-se apenas material em língua portuguesa e/ou inglesa publicados nos anos de 2016 a 2021.

A coleta de dados foi conduzida em 20 drogarias privadas selecionadas aleatoriamente, localizadas no centro da cidade de Sete Lagoas (MG), em que 32 farmacêuticos, após assinarem o TCLE, preencheram de forma anônima, um questionário impresso contendo questões fechadas e abertas. Neste questionário os farmacêuticos informaram há quanto tempo haviam se formado em farmácia e há quanto tempo trabalhavam como farmacêuticos em drogaria. Informaram se conheciam alguma PIC dentre as 29 regulamentadas pelo SUS; se tinham o hábito de indicar alguma PIC, quais eram as indicadas por eles, e os motivos para indicar ou não as PIC. Em seguida os farmacêuticos informaram se conheciam a PNPIC; se sabiam que as PIC são oferecidas integralmente e gratuitamente pelo SUS; e se



sabiam que a Terapia Integrativa Comunitária e a Auriculoterapia são ofertadas pelo SUS na cidade de Sete Lagoas. Ao final do questionário os farmacêuticos informaram, de acordo com sua opinião, se outras PIC deveriam ser ofertadas na cidade de Sete Lagoas; se elas deveriam ser mais discutidas entre os profissionais da saúde; e se, durante sua formação acadêmica, foi discutido o suficiente a respeito das PIC. A formulação do questionário foi realizada em software Microsoft Word 2019 do pacote Microsoft Office 2019. A tabulação dos dados e formulação dos gráficos foi realizada em software Microsoft Excel 2019 do pacote Microsoft Office 2019.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

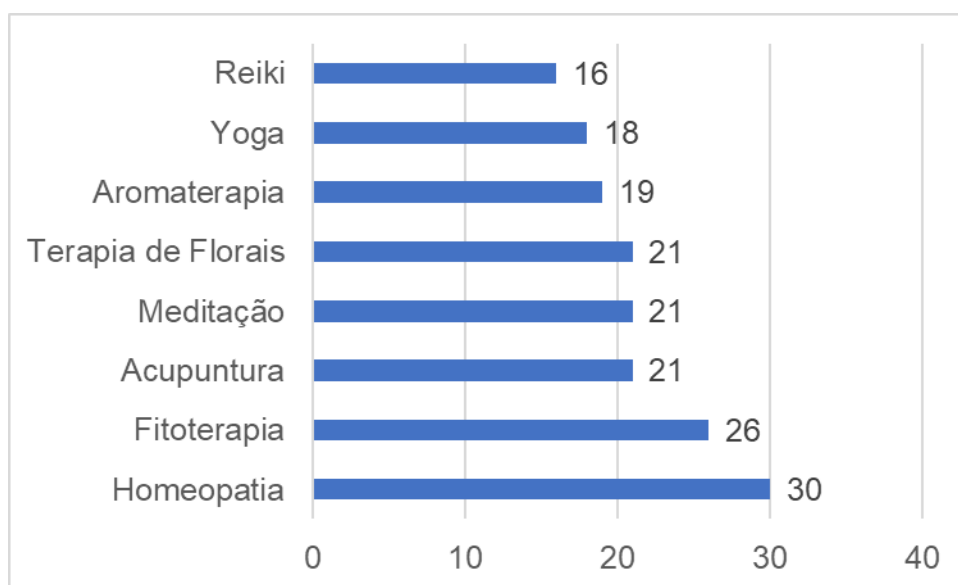
A amostra foi composta por 32 farmacêuticos atuantes em 20 diferentes drogarias, localizadas no centro da cidade de Sete Lagoas (MG).

Foi listado aos farmacêuticos todas as 29 práticas oferecidas de forma integral e gratuita pelo SUS e solicitou-se que apontassem aquelas que eles conheciam. Apenas 1 (3%) farmacêutico afirmou não conhecer nenhuma PIC. As PIC mais conhecidas pelos farmacêuticos são apresentadas no gráfico 1. Carvalho e Nóbrega (2017) num estudo com diversos profissionais da saúde a respeito das PIC como recurso de saúde mental na atenção básica, demonstraram que 82,6% dos profissionais afirmaram indicar as PIC aos usuários do serviço de atenção básica, porém, não encontraram evidências para correlacionar o nível de conhecimento dos profissionais sobre as PIC com a indicação dessas, todavia, 72,9% dos profissionais informaram que já haviam utilizado alguma PIC para tratamento da saúde, e estes se mostraram mais favoráveis à disponibilização das PIC pelo SUS. Um estudo conduzido por Carvalho e Nóbrega (2017), com 70 profissionais de uma Unidade Básica de Saúde do Município de São Paulo, onde os farmacêuticos compunham 2,9% da amostra, demonstrou que as PIC mais conhecidas pelos profissionais são a Acupuntura, Fitoterapia, Homeopatia, Massoterapia, Meditação e Terapia de Florais. Os dados deste estudo corroboram os achados de Carvalho e Nóbrega, em que as mesmas PIC, com exceção da Massoterapia, foram as mais citadas.

Apesar de 97% dos farmacêuticos afirmarem conhecer alguma PIC, 41% destes não indicam nenhuma PIC aos pacientes. Dentre esses, 29% afirmaram que não indicam por não conhecerem nenhuma das PIC muito bem; 6% afirmaram não

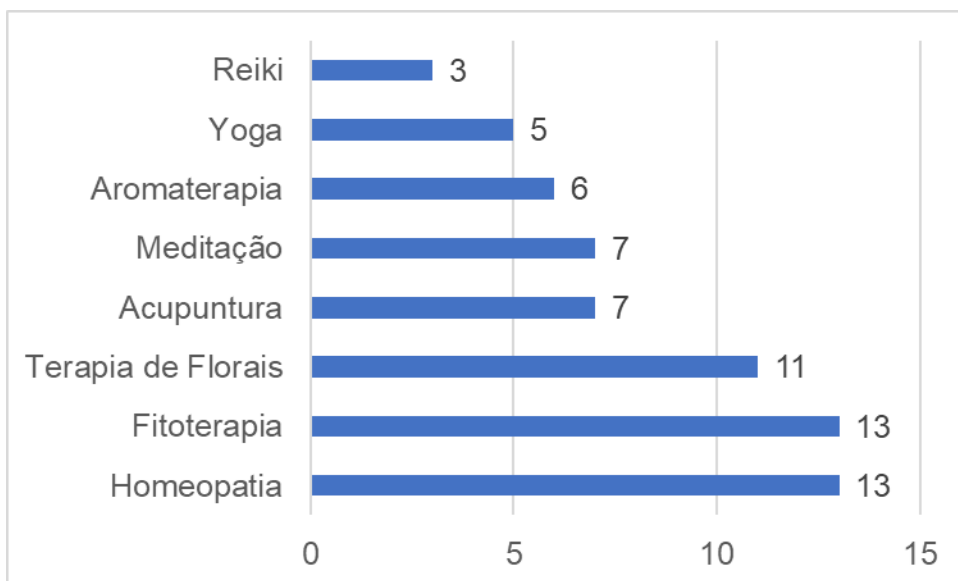
indicar porque não trabalham com nenhuma dessas práticas; 6% não informaram o motivo. Pouco mais da metade (59%) dos farmacêuticos indicam alguma PIC aos pacientes, dos quais 53% afirmaram indicar alguma PIC por conhecerem e acreditarem que são eficazes, enquanto que 6% indicam por outros motivos; sendo 3% porque conhece pessoas que fazem uso das PIC e têm bons resultados, e 3% porque gostam de abordagens terapêuticas não farmacológicas, embora não conheçam muitas das PIC contempladas na PNPIC. As PIC mais indicadas pelos farmacêuticos são apresentadas no gráfico 2, e os motivos porque os farmacêuticos indicam ou não as PIC são apresentados nos gráficos 3 e 4.

Mais da metade (56%) dos farmacêuticos afirmaram não ter conhecimento de que o SUS oferece as PIC integralmente e gratuitamente e 87% afirmaram não conhecer a PNPIC, sendo que 31% nunca ouviu falar, 56% já ouviu falar da PNPIC, mas nunca leu, e apenas 13% afirmou conhecer suas diretrizes. O número de farmacêuticos que conhece a PNPIC é apresentado no gráfico 5. Os dados corroboram com os achados de Carvalho e Nóbrega (2017), em que 85,5% dos profissionais afirmaram desconhecer a PNPIC.



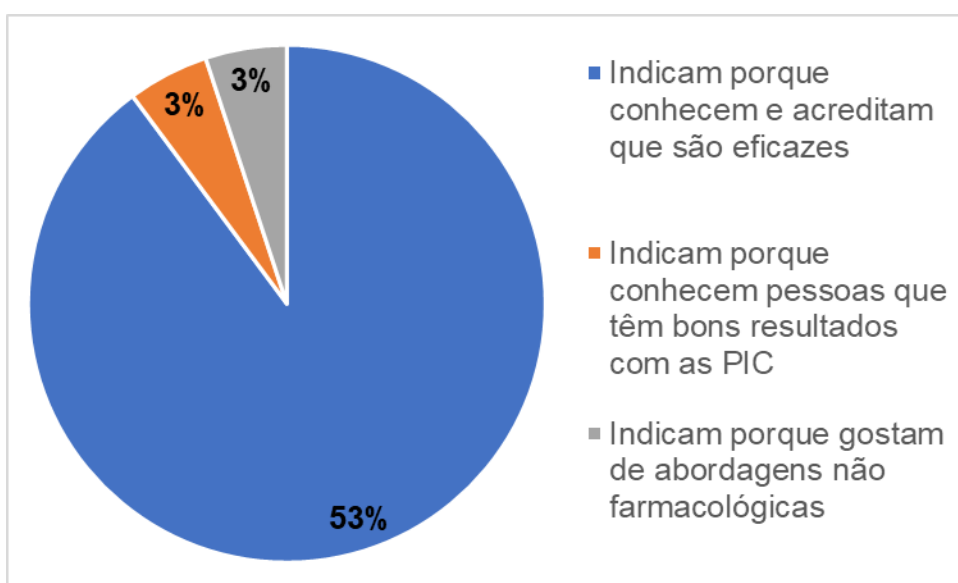
**Gráfico 1 - PIC mais conhecidas pelos farmacêuticos**

**Fonte:** (Matheus, 2021)



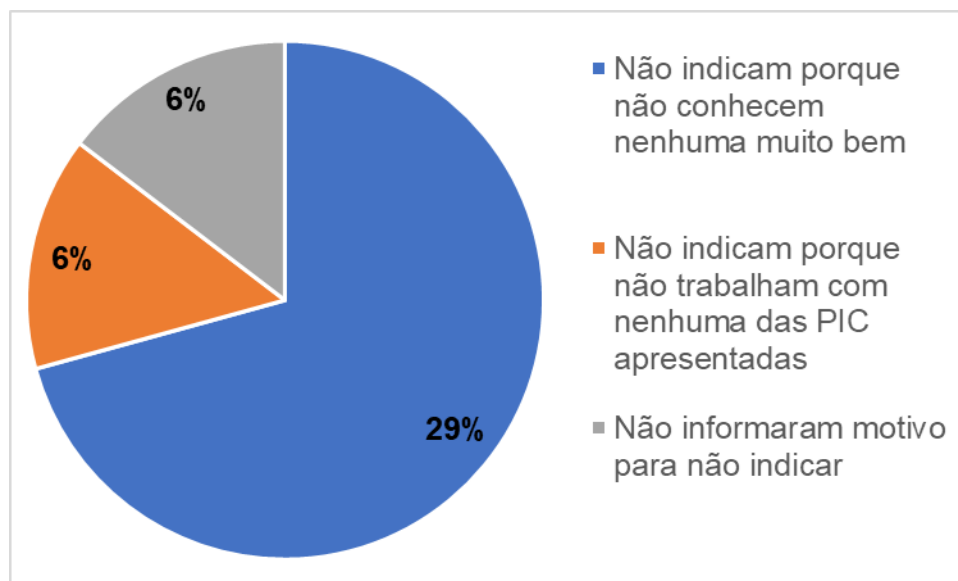
**Gráfico 2 - PIC mais indicadas pelos farmacêuticos**

**Fonte:** (Matheus, 2021)



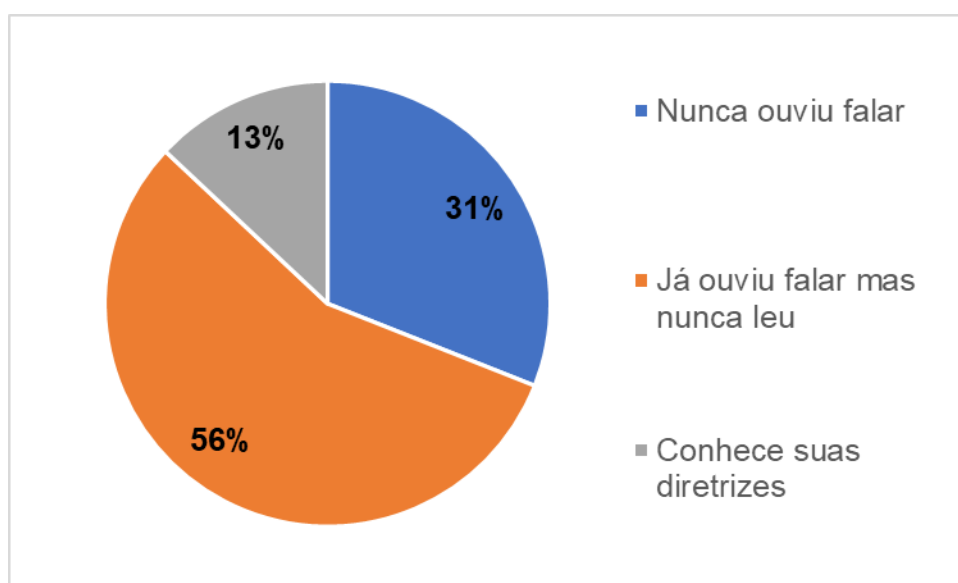
**Gráfico 3 - Motivos porque os farmacêuticos indicam as PIC**

**Fonte:** (Matheus, 2021)



**Gráfico 4 - Motivos porque os farmacêuticos não indicam as PIC**

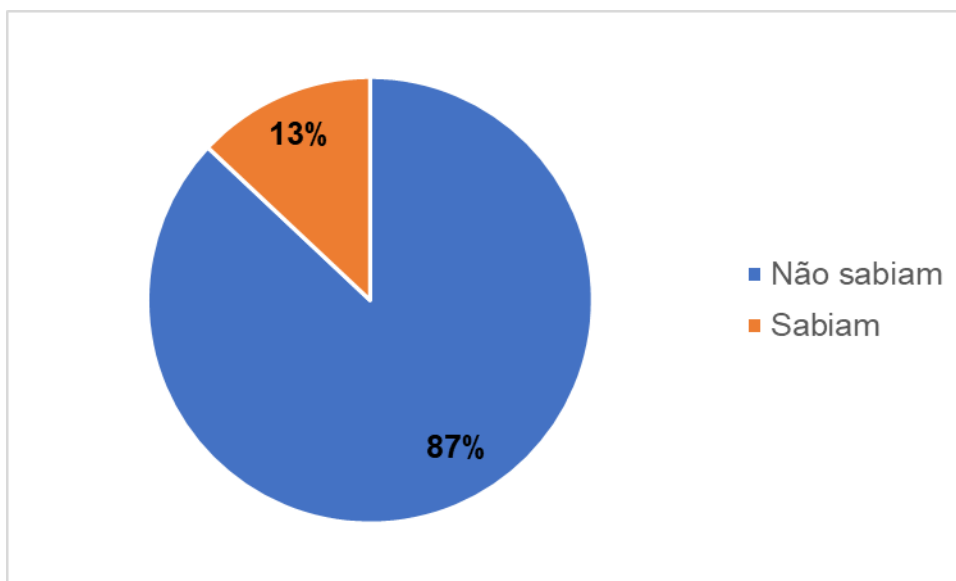
**Fonte:** (Matheus, 2021)



**Gráfico 5 - Farmacêuticos que conhecem a PNPIC**

**Fonte:** (Matheus, 2021)

Perguntou-se aos farmacêuticos se eles tinham conhecimento de que a Terapia Integrativa Comunitária e a Auriculoterapia (Acupuntura) são ofertadas pelo SUS na cidade de Sete Lagoas, e apenas 13% afirmaram que sim, enquanto 87% afirmaram que não. Os dados são apresentados no gráfico 6.

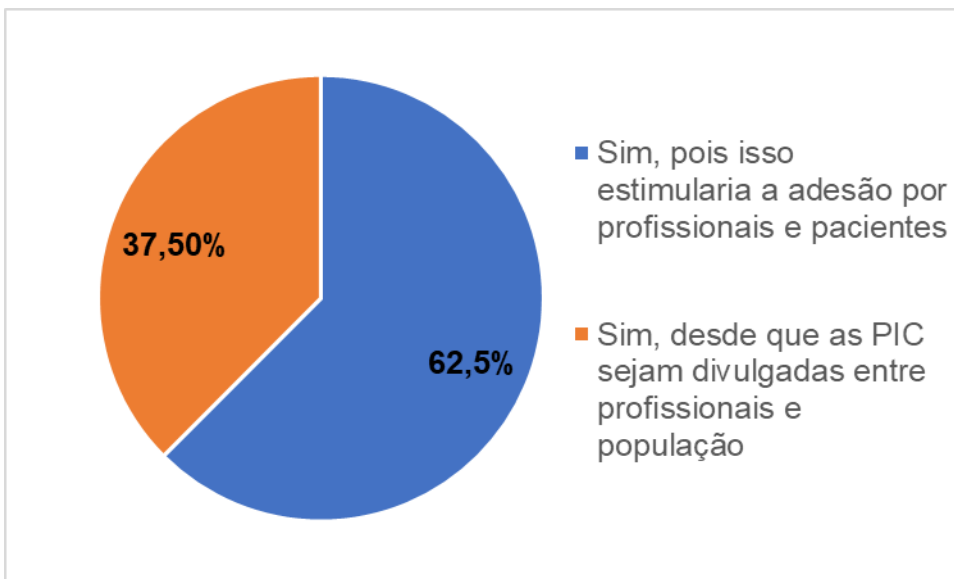


**Gráfico 6 - Farmacêuticos que sabiam que a Terapia Integrativa Comunitária e a Auriculoterapia são ofertadas pelo SUS na cidade de Sete Lagoas**

**Fonte:** (Matheus, 2021)

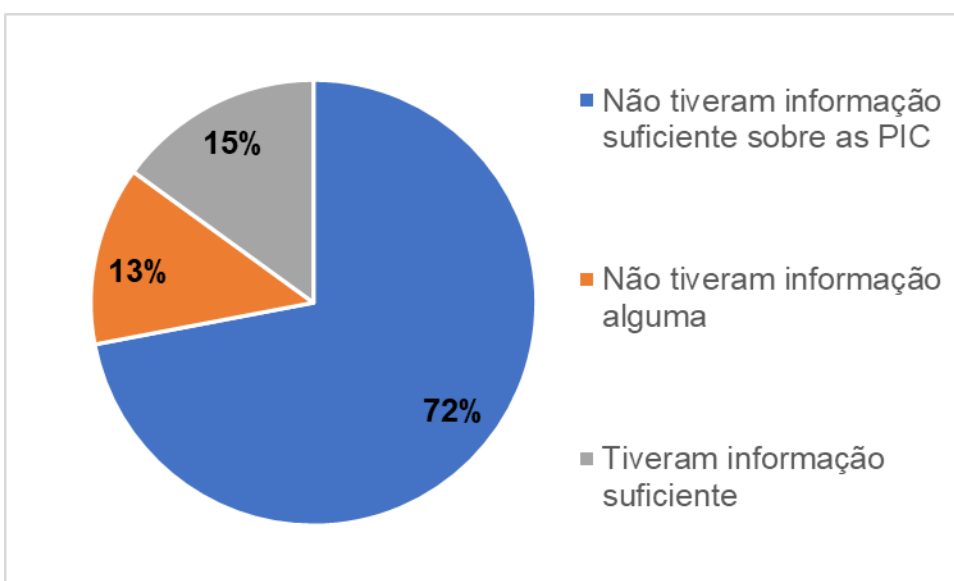
Todos os farmacêuticos (100%) afirmaram que as PIC são pouco discutidas entre os profissionais da saúde, e 100% concorda que outras PIC deveriam ser ofertadas na cidade de Sete Lagoas, dos quais 62,5% acredita que isso estimularia a adesão tanto por profissionais quanto por pacientes, e 37,5% concorda desde que as PIC sejam divulgadas entre profissionais e a população. A opinião dos farmacêuticos corrobora a afirmação de Habimorad *et al* (2020) de que o baixo conhecimento dos profissionais em relação à PNPIC reafirma a necessidade de divulgação. Os dados são apresentados no gráfico 7.

A maior parte dos farmacêuticos (72%) afirmou não ter tido informação suficiente sobre as PIC durante sua formação acadêmica, e 13% afirmou não terem tido informação alguma; apenas 15% afirmou terem tido informação suficiente sobre o potencial das PIC no tratamento de diversos distúrbios durante sua formação. Os dados são apresentados no gráfico 8.



**Gráfico 7 - Opinião dos farmacêuticos sobre se outras PIC deveriam ser ofertadas pelo SUS na cidade de Sete Lagoas**

**Fonte:** (Matheus, 2021)



**Gráfico 8 – Farmacêuticos que receberam informação sobre as PIC durante a formação acadêmica dos farmacêuticos**

**Fonte:** (Matheus, 2021)

Esses dados corroboram com as opiniões de Fischborn *et al* (2016); Carvalho e Nóbrega (2017) e Habimorad *et al* (2020) de que o tema não é suficientemente abordado durante a formação de muitos profissionais, não os preparando para o trabalho voltado para esse assunto. Ao comparar os estudos,

notou-se que há certa cautela por parte dos farmacêuticos ao indicar as PIC, e que a maior parte das indicações pode vir não do conhecimento aprofundado das PIC, mas da própria experiência.

## **CONCLUSÃO**

Ao comparar este estudo com os achados da literatura concluiu-se que grande parte dos farmacêuticos ainda não indicam as PIC principalmente por não conhecerem tão bem nenhuma das práticas ofertadas pela PNPIC. Esses problemas podem estar fortemente associados à falta de abordagem do tema durante a formação acadêmica desses profissionais e a pouca divulgação e estímulo para aprofundamento do tema. Apesar disso, os farmacêuticos reconhecem o potencial das PIC e são favoráveis a maior disseminação de informações e implantação das práticas na cidade de Sete Lagoas.

Reconhece-se como limitação desta pesquisa a dificuldade em encontrar na literatura, material que aborde especificamente a relação dos farmacêuticos e as PIC, assim como a diferença do campo de pesquisa entre este estudo e os encontrados na literatura, podendo impactar a comparação dos dados. A dificuldade em avaliar e definir o nível de conhecimento dos farmacêuticos acerca das PIC também constituiu um fator limitante deste estudo, assim como o tamanho da amostra.

A pouca divulgação do assunto aliada à baixa oferta das PIC na cidade podem ser desafios para expansão das PIC, desta forma, outros estudos deverão ser realizados a fim de identificar e preencher as lacunas em todo o processo de implantação, divulgação, indicação, prescrição e utilização das PIC na cidade de Sete Lagoas. Sugere-se que pesquisas semelhantes sejam realizadas com outros profissionais da saúde, por exemplo, médicos, psicólogos e nutricionistas, a fim de conhecer melhor a perspectiva dos profissionais da saúde da cidade de Sete Lagoas em relação às PIC. Sugere-se também, pesquisas com a população, com o intuito de conhecer a adesão das pessoas às PIC. Outros estudos para entender as dificuldades de implantação e oferta das PIC no município também deverão ser realizados.



## REFERÊNCIAS

AMADO, D. M. *et al.* *Política nacional de práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde 10 anos: avanços e perspectivas*. Disponível em <https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/537/581>. Acesso em 23 Mai. 2021.

ARAÚJO, P. S. *et al.* *Atividades farmacêuticas de natureza clínica na atenção básica no Brasil*. Disponível em [https://www.scielo.br/pdf/rsp/v51s2/pt\\_0034-8910-rsp-S1518-51-s2-87872017051007109.pdf](https://www.scielo.br/pdf/rsp/v51s2/pt_0034-8910-rsp-S1518-51-s2-87872017051007109.pdf). Acesso em 23 Mai. 2021.

BARROS, N. F. *et al.* *Trabalho interprofissional e as práticas integrativas e complementares no contexto da atenção primária à saúde: potenciais e desafios*. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe1/0103-1104-sdeb-42-spe01-0163.pdf>. Acesso em 23 Mai. 2021.

BRASIL. Resolução nº 338, de 06 de maio de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Disponível em [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0338\\_06\\_05\\_2004.html#:~:text=Art.,com%20base%20nos%20seguintes%20princ%C3%ADpios%3A&text=%C3%89%20a%20intera%C3%A7%C3%A3o%20direta%20do,melhoria%20da%20qualidade%20de%20vida](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0338_06_05_2004.html#:~:text=Art.,com%20base%20nos%20seguintes%20princ%C3%ADpios%3A&text=%C3%89%20a%20intera%C3%A7%C3%A3o%20direta%20do,melhoria%20da%20qualidade%20de%20vida). Acesso em 23 Mai. 2021.

CARVALHO, J. L. S; NÓBREGA, M. P. S. S. *Práticas integrativas e complementares como recurso de saúde mental na atenção básica*. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rgenf/v38n4/1983-1447-rgenf-38-04-e2017-0014.pdf>. Acesso em 23 Mai. 2021.

CASTRO, M. R; FIGUEIREDO, F. F. *Saberes tradicionais, biodiversidade, práticas integrativas e complementares: o uso de plantas medicinais no SUS*. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/46605/26405>. Acesso em 23 Mai. 2021.

DACAL, M. P. O; SILVA, I. S. *Impactos das práticas integrativas e complementares na saúde de pacientes crônicos*. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42n118/0103-1104-sdeb-42-118-0724.pdf>. Acesso em 23 Mai. 2021.

ELAYEH, E. *et al.* *Practice of pharmaceutical care in Community pharmacies in Jordan*. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/308937740\\_Practice\\_of\\_Pharmaceutical\\_care\\_In\\_community\\_pharmacies\\_in\\_Jordan](https://www.researchgate.net/publication/308937740_Practice_of_Pharmaceutical_care_In_community_pharmacies_in_Jordan). Acesso em 23 Mai. 2021.

FISCHBORN, A. F. *et al.* *A política das práticas integrativas e complementares do SUS: o relato de experiência sobre a implementação em uma unidade de ensino e serviço de saúde.* Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/8149/5358>. Acesso em 23 Mai. 2021.

GUIMARÃES, M. B. *et al.* *Integrative and complementary practices in the health field: towards a decolonization of knowledge and practices.* Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902020000100314&script=sci\\_arttext&tlng=en](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902020000100314&script=sci_arttext&tlng=en). Acesso em 23 Mai. 2021.

HABIMORAD, H. L. *et al.* *Potencialidades e fragilidades de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.* Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/csc/v25n2/1413-8123-csc-25-02-0395.pdf>. Acesso em 23 Mai. 2021.

JÚNIOR, E. T. *Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS.* Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142016000100099](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000100099). Acesso em 23 Mai. 2021.

MELO, R. C; PAUFERRO, M. R. V. *Educação em saúde para a promoção do uso racional de medicamentos e as contribuições do farmacêutico neste contexto.* Disponível em <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/10805/9220>. Acesso em 23 Mai. 2021.

MENDES, D. S. *et al.* *Benefícios das práticas integrativas e complementares no cuidado de enfermagem.* Disponível em <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/06/999705/3452-12861-7-pb.pdf>. Acesso em 23 Mai. 2021.

MERKS, P. *et al.* *Patients' perception of pharmaceutical services available in a community pharmacy among patients living in a rural area of the United Kingdom.* Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/307950880\\_Patients'\\_perception\\_of\\_pharmaceutical\\_services\\_available\\_in\\_a\\_community\\_pharmacy\\_among\\_patients\\_living\\_in\\_a\\_rural\\_area\\_of\\_the\\_United\\_Kingdom](https://www.researchgate.net/publication/307950880_Patients'_perception_of_pharmaceutical_services_available_in_a_community_pharmacy_among_patients_living_in_a_rural_area_of_the_United_Kingdom). Acesso em 23 Mai. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Práticas Integrativas e Complementares (PICS).* Disponível em <https://antigo.saude.gov.br/saude-de-a-z/praticas-integrativas-e-complementares>. Acesso em 23 Mai. 2021.

MUKATTASH, T. L. *et al. Pharmaceutical care in Community pharmacies in Jordan: a public survey.* Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6041206/pdf/pharmpract-16-1126.pdf>. Acesso em 23 Mai. 2021.

NASCIMENTO, M. V. N; OLIVEIRA, I. F. *As práticas integrativas e complementares grupais e sua inserção nos serviços de saúde da atenção básica.* Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v21n3/1413-294X-epsic-21-03-0272.pdf>. Acesso em 23 Mai. 2021.

RANDOW, R. *et al. Periferização das práticas integrativas e complementares na atenção primária à saúde: desafios da implantação do Lian Gong como prática de promoção à saúde.* Disponível em <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/6412>. Acesso em 23 Mai. 2021.

ROSETTO, M. *et al. Equipe multiprofissional e práticas integrativas e complementares no serviço de saúde do trabalhador.* Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/343864470\\_Equipe\\_multiprofissional\\_e\\_praticas\\_integrativas\\_e\\_complementares\\_no\\_servico\\_de\\_saude\\_do\\_trabalhador](https://www.researchgate.net/publication/343864470_Equipe_multiprofissional_e_praticas_integrativas_e_complementares_no_servico_de_saude_do_trabalhador). Acesso em 23 Mai. 2021.

SANTOS, M. S. *et al. Práticas integrativas e complementares: avanços e desafios para a promoção da saúde de idosos.* Disponível em <https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/e1125.pdf>. Acesso em 23 Mai. 2021.

SHAWAHNA, R. *Quality indicators of Pharmaceutical Care for integrative healthcare: a scoping review of indicator developed using the Delphi Technique.* Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/340060964\\_Quality\\_Indicators\\_of\\_Pharmaceutical\\_Care\\_for\\_Integrative\\_Healthcare\\_A\\_Scoping\\_Review\\_of\\_Indicators\\_Developed\\_Using\\_the\\_Delphi\\_Technique](https://www.researchgate.net/publication/340060964_Quality_Indicators_of_Pharmaceutical_Care_for_Integrative_Healthcare_A_Scoping_Review_of_Indicators_Developed_Using_the_Delphi_Technique). Acesso em 23 Mai. 2021.

SOUZA, L. P. S. *et al. Práticas integrativas e complementares no cuidado à saúde mental e aos usuários de drogas.* Disponível em <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/775/1259>. Acesso em 23 Mai. 2021.

TESSER, C. D; DALLEGRAVE, D. *Práticas integrativas e complementares e medicalização social: indefinições, riscos e potências na atenção primária à saúde.* Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/csp/v36n9/1678-4464-csp-36-09-e00231519.pdf>. Acesso em 23 Mai. 2021.

XIE, C. *et al. Impact of pharmaceutical care in the orthopaedic department.* Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/337751932\\_Impact\\_of\\_pharmaceutical\\_care\\_in\\_the\\_orthopaedic\\_department](https://www.researchgate.net/publication/337751932_Impact_of_pharmaceutical_care_in_the_orthopaedic_department). Acesso em 23 Mai. 2021.